



Ambiente & Sociedade

ISSN: 1414-753X

revista@nepam.unicamp.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e

Pesquisa em Ambiente e Sociedade

Brasil

Lemos, Sônia Maria; Gasparetto Higuchi, Maria Inês

Compromisso socioambiental e vulnerabilidade

Ambiente & Sociedade, vol. XIV, núm. 2, julio-diciembre, 2011, pp. 123-138

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade

Campinas, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31722235009>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

COMPROMISSO SOCIOAMBIENTAL E VULNERABILIDADE

SÔNIA MARIA LEMOS¹
MARIA INÊS GASPERETTO HIGUCHI²

1. Introdução

Várias tentativas têm sido realizadas para o enfrentamento das questões ambientais que foram amplamente agravadas pelo desenvolvimento político e econômico vigente e dominante. Neste trabalho, propomos uma discussão dos aspectos envolvidos entre ambiente e relações sociais, por entendermos que toda relação ambiental pressupõe uma relação das pessoas entre elas e delas com o meio em que vivem.

A problemática ambiental, em particular a ocupação desordenada de espaços naturais, a falta de cuidado com recursos hídricos, os desmatamentos e queimadas de florestas nativas que culminam com a perda da biodiversidade, as dificuldades na aplicação de políticas públicas para o saneamento, a vulnerabilidade de fontes de energia nuclear e outros tantos descalabros da sociedade contemporânea expressam acima de tudo uma crise social. Segundo Boff (2003), toda essa problemática tem sua gênese na forma egocêntrica e egoísta do ser humano. Higuchi (2002) afirma também que as ações humanas sobre o mundo provocam mudanças na estrutura da consciência que advêm das vivências individuais e coletivas. Portanto, as concepções e formas de compromisso ambiental possuem papel fundamental nas atitudes e condutas dos sujeitos sobre o meio ambiente. A esse fenômeno podemos designar de *ethos socioambiental*. O conceito de *ethos* discutido na elaboração deste trabalho é o proposto por Boff (2003), como um conjunto de aspirações, valores e princípios orientadores das relações humanas para com a natureza, a sociedade, as alteridades e consigo mesmo. Desta forma, configura-se uma atitude de responsabilidade e cuidado com a vida, de convivência societária, conservação dos recursos naturais e dos seres por ela habitada, não deixando de considerar o que é regional e cultural.

É a partir desse pressuposto que este estudo foi desenvolvido com moradores de uma área ocupada de forma espontânea numa área de proteção ambiental (PPA), há aproximadamente 13 anos, na cidade de Manaus (AM). Apesar dos esforços dos

¹ PPG/CASA/UFAM e Centro Universitário Luterano de Manaus-CEULM/ULBRA

² Professora do Programa de Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia-PPG/CASA/UFAM e Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental Ambiental -LAPSEA/INPA

Autora para correspondência: Sônia Maria Lemos. E-mail: sonlemos@hotmail.com

Centro Universitário Luterano de Manaus - Coordenação de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Carlos Drummond de Andrade 1460, CEP 69.077-730 – Manaus – AM, Brasil.

Serviços Ambientais do Município, a área alagada, com palmeiras e buritis, córregos e igarapé, foi lentamente sendo degradada, de modo a transformar os córregos em esgoto a céu aberto que corre por debaixo das centenas de casas construídas de forma desordenada, desaguando no igarapé poluído e assoreado. Essa localidade, conhecida de forma bastante indiferenciada como “Parte do Ouro Verde”, apresenta alta densidade populacional, inúmeros problemas sociais, problemas de distribuição de água, energia elétrica e saneamento básico.

Com base nesses aspectos socioambientais, o estudo parte de algumas questões gerais, tais como: até que ponto as pessoas dessa localidade se sentem implicadas nas problemáticas socioambientais vivenciadas? Essas pessoas se percebem como corresponsáveis pelas problemáticas ambientais de sua área de moradia? Essas pessoas pensam e/ou agem com algum grau de comprometimento em busca de soluções? Esses questionamentos constituíram-se em bases para a compreensão das concepções e formas de compromisso ambiental, apresentando-se como um eixo orientador no delineamento do *ethos* do ambiente construído pela população-alvo deste estudo.

O compromisso ambiental é um dos aspectos do *ethos* socioambiental em análise nesta investigação. O conceito de compromisso ambiental está aqui compreendido em sua multidimensionalidade, que inclui ações representativas da responsabilidade do homem consigo mesmo, com a coletividade e com o meio onde vive. Assim, as dimensões: a) física (habitações rústicas, córregos imundos, igarapé poluído, lixo, becos estreitos, adensamento populacional, restrição de espaço); b) social (estilo de vida individualizado, violência, insegurança, falta de recursos e emprego) e c) pessoal (insatisfação, medo, vergonha) são consideradas como mediadoras para o exercício do compromisso na relação pessoa-ambiente que se estabelece nessa localidade, em contrapartida das agendas globais.

2. Metodologia

Participaram do estudo trinta moradores com idade média entre 28 e 38 anos (47%), sendo 18 do sexo feminino e 12 do sexo masculino com escolaridade média do ensino fundamental incompleto (57%), que residiam na localidade de cinco a sete anos. A maioria (63%) dos moradores é de casados e seguidores da religião católica (63%). O estudo descritivo exploratório foi realizado após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética da UFAM, o qual seguiu as normas e procedimentos previstos pela Resolução do CNS 196/96, que regulamenta pesquisa com seres humanos.

Para investigar a constituição do *ethos* socioambiental, de modo particular o compromisso adotado pelos moradores diante dos problemas e situações do cotidiano da comunidade, foi utilizado o método da observação participante, a partir de visitas regulares à localidade e domicílios familiares durante três meses. O método de Observação Participante permitiu mergulhar no cotidiano dos moradores e contextualizar as vivências das quais reportavam. Minayo et al., (1994) e Moreira (2004) compartilham dessa idéia, ao referir que para o entendimento dos sentidos simbólicos que as pessoas atribuem às coisas é necessário estudá-las em seus próprios

termos, em sua própria realidade. As observações compuseram o diário de campo e também subsidiaram a construção de um roteiro de entrevista semiestruturada, feita com os 30 moradores em suas residências. De acordo com Minayo (2000), por não possuir um roteiro rígido e fechado, a entrevista semiestruturada facilita a ampliação da comunicação entre o pesquisador e o sujeito participante da pesquisa.

As informações coletadas compuseram um banco de dados que subsidiou a análise a partir do método de análise de conteúdo proposto por Bardin (1977) e reiterado por Bauer (2002). Desta análise, foram elencadas categorias de pensamento latente que se manifestaram de forma sistemática entre os participantes em situações de compromisso socioambiental vividas no cotidiano de sua comunidade. Bauer (2002) afirma que, “através da reconstrução de representações, pode-se inferir a expressão dos contextos e o apelo através desses contextos” (BAUER, 2002: 192), neste caso das formas de compromisso socioambiental ou a sua falta, que por sua vez, constituem o *ethos* socioambiental dessa população.

Para melhor compreendermos a manifestação do *ethos* dos moradores em vulnerabilidade, é importante situarmos as diferenças entre agendas mediadas e imediatas que regem com maior ou menor influência o cotidiano das pessoas nos diferentes contextos planetários.

3. Agendas de compromissos socioambientais globais

Longe da localidade “Parte do Ouro Verde”, as convenções internacionais ditam normas para a humanidade de como ter maior responsabilidade e compromisso com o ambiente e a sociedade. O mais curioso é que essas normas são dirigidas indistintamente a todas as nações e povos, estejam eles em plena satisfação e habitabilidade ou em vulnerabilidade. Os diversos documentos elaborados desde o Clube de Roma alertam para os cuidados necessários no uso de recursos degradadores do ambiente, e chamam à responsabilidade instituições de toda a ordem, governamentais e não governamentais, públicas e privadas. Um ápice desse alerta foi atingido com a divulgação do relatório sobre mudanças climáticas do IPCC (2007). Esses segmentos científicos reivindicam uma extensão para o âmbito do comportamento individual, além das organizações, para que se seja firmado um compromisso social abrangente, no sentido de rever nossas práticas de degradação ambiental.

Assim, o compromisso ambiental começa a ser disseminado como uma instrução normativa a todos indistintamente. No entanto, não há nessas convenções uma definição clara do que seja o compromisso idealizado globalmente. Alguns autores reafirmam que o compromisso ambiental é representado pelas ações decorrentes do reconhecimento das limitações da natureza e aplicações de medidas que perpassem o cuidado com a vida e o meio em que ela se desenvolve numa articulação interdependente de responsabilidades individuais e coletivas (BOFF, 1999; LEFF, 2001, 2003; CAMARGO, CAPOBIANO e OLIVEIRA, 2004).

Somente a disponibilidade de informação acerca dos efeitos da ação humana não é suficiente para uma mudança de atitude. Para Leff (2006), é necessário uma

nova racionalidade, que institua modos diferentes na condução da relação com o ambiente.

Posta tal definição, resta-nos perguntar: como então esse compromisso se manifesta numa localidade cujo arranjo e estrutura carece do mínimo que tais convenções indicam como elementos imprescindíveis no cuidado do ambiente? Nessa localidade onde se materializam os efeitos do descuido tão temido, como seus ocupantes se posicionam para cuidar da vida a partir das responsabilidades esperadas? Diante desse cenário de vulnerabilidade, um curso dinâmico de compromisso ambiental fica aparente. Esse repertório de responsabilidades tem subjacente um complicado processo ético frente às circunstâncias vividas.

4. Agendas de compromissos socioambientais locais

O compromisso socioambiental requer a tomada de consciência de que as atitudes individuais têm repercussões coletivas e vice-versa, pois concretiza na prática a interdependência entre pessoa-meio ambiente. Reconhecer-se protagonista tanto na geração dos problemas quanto no desenvolvimento de alternativas para sua solução decorre antes da resolução de questões mais primárias que dizem respeito às condições para manutenção da vida como um todo, ou seja, do direito à moradia, acesso a serviços públicos de qualidade, emprego e renda mínima, considerados como princípios de formação e atuação dos indivíduos em sociedade, bem como da sua validação como cidadãos de exercer plenamente não somente seus deveres, mas também requerer seus direitos (MARCUSE, 1979; SANTOS, 2000; MORIN, 2001; PEREIRA, 2006).

Identificamos nesse estudo um conjunto de fenômenos éticos que ficam aparentes para explicar o compromisso (ou a falta dele) com o ambiente em que estão inseridos. A fim de melhor definir pedagogicamente estes tipos de enfrentamento relacionados ao compromisso ambiental, agrupamos em três categorias as explicações e atitudes que emergiram das próprias pessoas aqui investigadas. Nomeamos os diferentes tipos de compromisso manifestados por essas pessoas em situação de vulnerabilidade: a) Compromisso passivo ativo; b) Compromisso passivo suportivo e, c) Compromisso passivo cercado, que passamos a detalhar.

4.1. Compromisso socioambiental passivo ativo

O compromisso passivo ativo, ou “*passividade ativa*”, é definido como a atitude adotada quando, pelo esgotamento de suas próprias ações, impõem uma ação de um terceiro, seja ele o poder público ou outro morador. Isso ocorre quando os limites da capacidade de suporte do ecossistema são atingidos por meio de práticas comuns de descaso ou descuido com o ambiente, gerando problemas com os quais não sabem lidar. Nesse caso, a ordem pública é solicitada a intervir no sentido de minimizar a situação, como se essa ação fosse inerente à responsabilidade do poder público. A “*passividade ativa*” constitui-se, dessa maneira, na atitude que imputa ao outro uma mobilização no sentido de minimizar os efeitos de práticas desenvolvidas por si e pelos

seus pares de forma gradual e contínua e que em determinado momento eclode num resultado desagradável ou insuportável. A ação que origina esse estado final não é necessariamente modificada, o que importa é a resolução do problema que se enfrenta naquele dado momento. Um exemplo é a prática cotidiana dos moradores de jogar o lixo no igarapé. Essa ação provoca o assoreamento e a poluição do igarapé, bem como o mau cheiro e o acúmulo de lixo nas margens que, em dias de chuva, contribuem para o alagamento e estrago nas casas daqueles que moram perto:

O lixo às vezes o pessoal joga no igarapé a gente também né? às vezes quando não, leva lá prá frente para o caminhão do lixo levar... É bem pouquinho daqui que leva o lixo lá prá frente. Não é todo mundo até mesmo as pessoas que moram bem próximo a lixeira... lixo eles jogam para cá e vem a maioria prá cá. Não sei é mais fácil jogar no igarapé ... só pela janela a pessoa joga no igarapé.

O lixo ajuda a fazer o alagamento, ajuda. Só quando tô limpando na frente de casa aí, eu pego e jogo prá fora do igarapé, mas não tem jeito volta tudo de novo.

A “passividade ativa” é demonstrada em ações extremas, como o fechamento da rua principal de acesso a localidade para chamar a atenção das autoridades para as condições de vida da população em um momento de grande alagamento do igarapé que resultou em enormes perdas para os moradores, principalmente os que moram mais perto de suas margens. Assim se refere uma moradora: “nós já fizemos manifestação na rua já fechamo a rua e fizemo várias coisas e muita gente participou... mas não é constante, não tem uma reunião fixa, entendeu?” Outra moradora expressa o quanto é efêmera a ajuda dada e o descaso permanente das autoridades a problemas que se cronificam na localidade:

Enchemo a rua de pneu, como é que diz? só que aí os corpo de bombeiro vieram aqui né? vieram aqui olhar tudo né? mas quando eles vem já ta tudo seco. Eles que não vem quando ta tudo cheio, alagado tudo, eles não vem, só vem na hora que já ta seco, que já ta baixando a chuva, aí é que eles vem e aí o que eles fizeram, trouxeram aí uma cesta básica, prá cada pessoa e um colchão, um colchão que muitos não tem mais porque só agüentou uns diazinho né, sabe como é né? (falando da qualidade do colchão).e é só e as outras enchente, enche seca, leva ponte, leva tudo, mas não tem quem ligue, quem corra atrás de nada.

A atribuição da responsabilidade a si e aos demais moradores ou ao poder público retrata o quanto essas pessoas se reconhecem ou não como comprometidas pela geração e resolução das problemáticas ambientais vivenciadas. De acordo com Ferrara (1999: 122), a descaracterização do espaço público e a restrição ao espaço de moradia conduzem a “um total esquecimento do ambiente e suas condições enquanto

responsabilidade coletiva". Embora se perceba certa sensibilização pelos problemas gerados pela má condução, acondicionamento e dispensa do lixo produzido na localidade, são incipientes as atitudes que consideram a coletividade. As ações ficam restritas a umas poucas pessoas que se consideram mais conscientes que outras na análise e atuação em suas práticas de tornarem o ambiente mais adequado à moradia.

Com o lixo, olha, alguns, alguns aqui eles se encarregam de juntar aqui
prá ir lá pro outro lado da pista e jogar na lixeira, mas alguns jogam no
igarapé como tu ta vendo aí... tem muito lixo no igarapé... alguns jogam
e outros não jogam... uns têm consciência, mas não adianta uma pessoa
ter consciência e o resto não ter né?

... de tudo é jogado nesse igarapé e às vezes é jogado no lixo, alguns
pegam para reciclar, em vez de jogar ali a gente enche um saco, a gente
enche e deixa aí pendurado e eles para reciclagem vêm pegar aqui,
alguns são reciclados, mas outros não são. Às vezes leva, às vezes não
leva.

Os trechos abaixo demonstram a quem os moradores atribuem a responsabilidade pela resolução de seus problemas mais persistentes, bem como pontuam as expectativas que nutrem em relação à capacitação dos órgãos públicos para execução das estratégias necessárias para esse fim, embora isto não se confirme na efetividade das ações públicas:

Responsabilidade da prefeitura... de todas as autoridades daí... política,
contratar mais gente prá tirar aí, botar mais gente prá capinar aí, que só
vem capinar aí, não demora muito com uma semana o mato ta grande
de novo, aí não adianta nada fazer isso, só capinar, a gente capina aqui
na frente, mas volta de novo que a gente não tem como tirar toda a raiz
porque cai a areia, quando vem a chuva leva a areia todinha, aí se
preserva a areia prá ficar firme, devia fazer um rip rap por aqui, que nem
fizeram por aí nos outros lugar.

Responsabilidade, eu acho que é do governo, dos prefeitos né? Por que já
podiam ter feito um trabalho aqui nesse igarapé, porque olha aí, bem
na principal, bem aqui, bem pertinho né, tinha feito um hip hop alguma
coisa aí, entrava carro prá carregar lixo, prá levar o lixo é isso que eu
acho, não é nós não, é eles.

Outro aspecto que reforça o que foi exposto anteriormente é a atribuição, por parte de alguns moradores, da responsabilidade pelas práticas efetivas de melhoria na qualidade do ambiente e no destino do lixo aos órgãos públicos, o que parece estar relacionado ao modo como as pessoas concebem o fato de morar naquela localidade em virtude de suas peculiaridades, como foi discutido no capítulo anterior. Significa dizer que, se não ocorreram mais tentativas de remoção dos moradores pelos órgãos públicos, os mesmos entendem que especificamente prefeitura e governo deveriam

garantir melhorias na localidade, a fim de possibilitar maior qualidade de vida aos seus moradores.

A busca por um conceito de qualidade de vida tem possibilitado a discussão e o (re)conhecimento da importância de aspectos como: subjetividade, identidade, valores culturais, uso de espaços públicos e privados, bem estar coletivo e individual, relações sociais. Critérios como satisfação das necessidades básicas, acesso aos bens de consumo e ausência de doença têm sido questionados como indicadores de “boa” qualidade de vida, a qual está para além de indicadores quantitativos. Alia-se, por conseguinte, ao conceito de autonomia, de cidadania e ao direito do sujeito e da coletividade de exercê-las (SEGRE e FERRAZ, 1997).

Tomando-se como referência o conceito de autonomia, “entende-se que qualidade de vida seja algo intrínseco, só possível de ser avaliado pelo próprio sujeito. Prioriza-se a subjetividade” (SEGRE e FERRAZ, 1997: 541). No entanto, para o delineamento de políticas públicas, é necessário balizar o conceito em determinados indicadores preestabelecidos pelas instituições competentes. Segundo Leff (2001), o conceito adotado pelas instituições é economicista, limitado à avaliação que o custo representa para a produtividade.

Tendo como referência os relatos a seguir, é possível verificar que os moradores reconhecem que, individualmente, pouco pode ser feito para a sensibilização dos setores públicos e dos próprios moradores acerca de suas problemáticas, ou seja, não se sentem instrumentalizados suficientemente para propostas mais coletivas, embora refiram que, se houvesse alguma iniciativa, ajudariam.

Se a gente pudesse fazer a gente fazia, mas a gente não pode... o que eu posso fazer? Eu poderia... deixa ver... se eu pegasse os moradores fosse lá para frente e fizesse um protesto né? Quem sabe eles vinham ver né? Mas a gente anda tão desiludido né? O povo, mas de mim mesmo não tenho visão para mudar isso aqui.

Só uma andorinha não faz verão né? agora a união faz a força né? a união com os vizinhos né? quem sabe às vezes a gente poderá fazer alguma coisa sim é isso... eu mesmo não, mas eu poderia ajudar, ir em reuniões, apoiaava né? isso aí eu poderia ajudar.

Os estudos realizados por Ferrara (1999), em contextos com características semelhantes, mostraram que os moradores “se negam” a serem protagonistas nos seus lugares urbanos. A autora explica o pouco ou nenhum envolvimento das pessoas quando são sugeridas mobilizações coletivas para reivindicações ao poder público, bem como a facilidade de responsabilização do governo pelos problemas vivenciados, da mesma forma que ocorre na localidade aqui estudada.

Não, quem deve tomar a iniciativa é o dirigente da comunidade, ele é que deve liderar... não, aqui só tem líder na época da eleição... aí tem... aparece muito líder que a gente não conhece... apareceram bem uns

três aí querendo liderar isso aqui para fazer um rip rap agora depois dessa chuva... tentaram tirar nós daqui só que daí o pessoal vai no órgão público e vê que a documentação é falsificada... vai e volta.

É os órgãos prefeitura, estado né?! Ministério público muitas vezes como foi o caso que queriam colocar agente pra fora aqui ai eu peguei fiz uma reunião juntei muitos moradores todos os moradores dessa vez né? Apareceram aí levemos... consegui um microônibus um ônibus aí levemos na prefeitura no ministério público e conseguimos permanecer aqui até hoje graças a Deus isso, aconteceu 5 anos atrás.

Embora se observe uma melhoria nas condições de algumas casas ou terrenos, isso não reflete melhorias significativas na localidade como um todo. Há um mosaico de casas com padrões estéticos e de higiene diferenciados, das quais algumas se destacam por serem destoantes da área imediata ao terreno. Essas características de tipo de casa, tipo de material de construção e estética acabam por expressar status diferenciados do morador no grupo social (HIGUCHI, 1999; 2003). Esta situação pode ainda ser uma forma de o morador expressar aos demais que pode ser capaz de mudar o seu território, na incapacidade de atuar de modo coletivo. Passivo no coletivo, mas ativo no âmbito individual.

4.2. Compromisso socioambiental passivo suportivo

O tipo de comportamento relativo ao compromisso socioambiental passivo suportivo, ou a “passividade suportiva”, envolve uma diferenciação singular da passividade ativa: a acomodação não é explicativa para este tipo de atitude – a passividade suportiva define um movimento de “seguir apesar de”, o que significa dizer que, ao não encontrarem recursos adequados ao enfrentamento de uma situação socioambiental problemática, vão “aguentando”, “aprendendo a conviver”, mesmo que a situação lhes traga grandes preocupações. Um exemplo desse tipo de comportamento é o caso de uma moradora, ao referir sua impotência diante do comércio e uso de drogas na frente de seus filhos: “para quem não gosta disso mesmo tem que aprender a gostar de certa forma né? aprender a conviver né? Na verdade que a gente tem família né? é difícil”.

Dessa forma, as atitudes individuais se submetem a uma ordem coletiva que não se sentem aptas a ou não querem mudar. No entanto, na maioria das vezes, cada um conduz sua vida a seu modo, tentando preservar seu espaço, sem considerar a interrelação com o todo. As tentativas de esclarecimento e até mesmo de chamada de atenção para atitudes consideradas inadequadas são interpretadas também inadequadamente, e não resultam em mudança de comportamento. Dessa forma, constatou-se que os moradores adotam posturas mais individualizadas, no sentido de “fazer a sua parte” mais do que ampliar suas práticas para ações mais coletivas.

...agora a gente nem fala mais porque ainda acham que é a gente que tá errado... e eu não quero confusão... tem de tudo aí nesse igarapé, fogão, lavadora, estofado, até gente morta já desceu por aí.

...se a gente for reclamar a gente passa por ruim, vizinha ruim, faladeira, por isso que às vezes eu até evito de falar, prefiro empurrar.

A forma como as pessoas constroem seus modos de vida está relacionada com o quanto se sentem envolvidas nos processos de apreensão da realidade em seus aspectos físicos e simbólicos e se percebem detentoras de capacidade de nela intervir para transformá-la. O compromisso socioambiental tem relação fundamental com esses aspectos, e se manifesta de acordo com a compreensão dos sujeitos sobre sua responsabilidade consigo e o meio físico e social. Portanto, enquanto necessidades básicas e vitais não são atendidas, outras necessidades carecem de satisfação, dentre elas, a necessidade de assumir a responsabilidade por suas atitudes individuais frente ao meio e da repercussão destas em suas relações como um todo.

Nessa localidade, o sentido de alteridade e de solidariedade é verificado quando ocorrem situações pontuais como a queda de uma ponte, por exemplo, como é citado por um dos moradores:

Ah! quando cai uma ponte o pessoal mesmo da comunidade se reúne, quando alguém não pode pagar, escolhe um para pagar que faz isso, todo mundo é unido aqui, quando um não pode se toma a frente daquele que não pode.

No entanto, na maioria das situações, são apenas os moradores que utilizam essas pontes que procedem com seu conserto, na medida dos recursos que lhes são possíveis, como se verifica nos seguintes trechos:

...[quando cai a ponte] as pessoas que passam por aí tem que passar mesmo. Eles é que dão uma ajeitada aí – não acontece nada de diferente – tá vendo aqui, eu mandei botar essa cerca velha porque eu não gosto já estavam querendo passar aqui, aqui não é passagem, a passagem é por lá, outra é por ali.

O entendimento de que o compromisso socioambiental comporta noções de reconhecimento da inter-relação entre as atitudes e sua repercussão no cuidado e atenção ao ambiente, não somente na dimensão pessoal, mas especialmente na consideração de seu efeito social, mostra a longa distância a ser percorrida para a concretização das ações coletivas na implementação de estratégias que, de fato, demonstrem esse compromisso em toda a sua complexidade.

Seria possível considerar como explicativo para esta conduta o conceito de “tolerância repressiva” proposto por Marcuse (1979), que está fundamentado nos artifícios usados para impedir a liberdade de expressão e de mobilização cidadã,

característicos de um sistema opressor e injusto. Portanto, não se pode tomar passividade como similar de tolerância, visto que esta última, segundo Marcuse, é sempre libertadora da violência e da opressão e tem necessariamente uma dimensão política pautada no respeito à diversidade. Entende-se que, nas situações analisadas a partir dos relatos dos moradores, a atitude adotada e nominada como “passividade suportiva” está mais relacionada com uma escolha de aparente aceitação, mesmo com indignação, feita pelo sujeito, em face de uma determinada situação, do que imposta pelas articulações do modo de produção vigente e das leis que o regem.

Este modo de conceber o compromisso ou de pontuar a falta dele é resultante do não reconhecimento de uma ação cidadã. Os moradores sentem-se impotentes para gerar estratégias de intervenção e resolução de seus problemas enquanto coletividade (SANTOS, 2007a; 2007b). O fato de não existir um líder comunitário é citado por eles como indicativo da não realização de ações mais efetivas que demonstrem o compromisso socioambiental. Este aspecto é referido pelos moradores em momentos distintos, como tentativas de organização comunitária onde a participação da maioria não acontece, e isso é percebido como impeditivo para a mobilização dos órgãos públicos em busca de soluções mais contundentes, e não somente em situações emergenciais. Desta forma, entendem que o jeito é aceitar as situações e ir tocando suas vidas, pois nada podem fazer para modificá-las, por não se reconhecerem com autonomia e direito de exercê-la.

4.3. Compromisso socioambiental passivo cerceado

O terceiro tipo de comportamento de compromisso socioambiental identificado entre os moradores, também denominado de “passividade cerceada”, refere-se à atitude de restrição sobre as ações dos traficantes e às promessas feitas pelos políticos em tempos de eleição sobre o ambiente vulnerável em que vivem. Dito de outra forma, esta forma de manifestar uma atitude frente ao compromisso é explicativa da postura cerceada pelo recebimento de uma ajuda “real” dada pelo traficante em momentos de intensa dificuldade, como no caso de uma doença de um membro da família. Também existe esse comportamento que emerge em face do cerceamento produzido nas buscas de resolução de problemas com os políticos, que imobilizam o morador com suas “supostas” ajudas, dadas se obtiverem sucesso na votação.

No entanto, existe uma diferença entre estas duas situações, pois quando se trata dos traficantes, os moradores dizem não gostar de pedir ajuda, mas eles resolvem um problema ou dão conta de uma necessidade premente, isto é, “fazem algo de bom”. Obviamente, essa benesse tem um preço, um cerceamento de suas condutas em relação ao tráfico na localidade. Dois aspectos são indicadores para justificar essa atitude: a ação intimidadora, como refere uma moradora: “eles sabem quem eu sou”, e a oferta de recursos (principalmente financeiros) em momentos de grande dificuldade, como cita outro morador: “até já me ajudaram aí quando eu tive um problema de doença”. No trecho abaixo, constata-se o conflito vivido e que se manifesta como um tipo de compromisso socioambiental passivo cerceado:

São poucos, mas influencia muito. Influencia muito fica aquela amizade e não quer denunciar né? para quem não gosta disso mesmo tem que aprender a gostar de certa forma né? aprender a conviver né? Na verdade que a gente tem família né? É difícil. não tenho medo não, mas eu deixo a vida deles para lá e eu cuido da minha né? Cada um vive como pode, mas influencia muito as crianças né? tem a visibilidade, acaba se acostumando com aquela rotina.

Por outro lado, eles sabem que deveriam ter essa ajuda do poder público, mas raramente são contemplados. Assim, com os políticos eles participam do circo da “petição”, sabem que esta é a responsabilidade do político, mas sabem de antemão que as promessas não são cumpridas pelos maus políticos, que são a maioria. Assim sendo, sentem-se cerceados, pois não conseguem se rebelar nessa situação, uma vez que este político, se eleito, poderá fazer algo que os prejudique, por exemplo, retirá-los da área.

O termo que qualifica essa passividade “cerceada” é definido como restrito a uma determinada situação que o impede de agir de outra forma para resolução da questão. Significa dizer que em ambos os casos ele adota uma passividade restrita pelo que recebe ou que espera receber. Cabe esclarecer que, se o Estado exercesse a sua função na prestação dos serviços essenciais, e não somente os colocasse em promessa de execução, os moradores teriam outras possibilidades de solucionar as problemáticas que os colocam impotentes diante das ofertas dos traficantes. Ainda é possível pensar que o cerceamento se dá para impedir o exercício da cidadania na busca de fazer valer seus direitos como qualquer cidadão. O que parece acontecer aqui não é a inexistência de uma ação, pelo contrário, a passividade se reveste com esta característica, porém restrita às demandas de seus algozes.

Mais uma vez, o compromisso socioambiental não se instala, pois os moradores não se sentem protagonistas das ações que resultariam na sua evidência e aplicação tendo como objetivo a coletividade. Em tempos de eleição, aparecem candidatos aos diferentes cargos políticos, e prometem muito mais do que conseguem cumprir, pois passada a eleição, a situação não se altera, a não ser em aspectos bem específicos, como, por exemplo, a cobertura de asfalto em alguns dos becos.

A gente fica ali... esperando por eles, até mesmo porque quando eles querem voto da gente, a gente vota, a gente confia neles e então aqui não foi feito nada, a não ser um asfaltozinho que foi jogado aí. Melhoria mesmo, não vi nenhuma, fez foi piorar.

Aqui ninguém tem ajuda de poder público nenhum... só em época de eleição e assim nem em época de eleição apareceu, nas outras vez tinham uns candidato que aparecia, ajeitava o igarapé, cavava um pouco o igarapé e tudo mais, mas nem isso esse ano, entendeu? aí a gente fica esperando pelo poder público, a boa vontade do poder público chegar por essa área, se espera que um dia chegue.

Esses aspectos parecem demonstrar mais do que simplesmente uma postura de espera e não alcance dos propósitos por esta população. É a expressão de um sentimento de desesperança de poder contar com alguém que lhes possibilite alcançar seus objetivos. Essas pessoas não se percebem com força suficiente para mudar o rumo das situações que poderiam ser melhor encaminhadas caso houvesse uma organização coletiva para cobrar soluções de direito pela cidade, seus serviços e benefícios.

A “passividade cerceada” se manifesta ainda diante da inadimplente ação policial na localidade, com relação ao comércio e uso de drogas. Os moradores não reconhecem na polícia a função de garantir seus direitos à segurança, mas se sentem sem a força necessária para enfrentamento da violência que vem aumentando na localidade e já se instala como um requisito de controle dos moradores.

Aqui praticamente num raio de 300m são dez boca de fumo em atividade 24h... eu já fiz denúncia duas vezes no 147 nada, não tivemos retorno de nada, e outra coisa muito mais grave que eu fiz essa denúncia diretamente ao comando geral inté agora nada, as autoridade não aparece, já fiz ao 147 pegaram todos os dados tinha assim tal local como é que , característica e tal como é que ... parece que essas denúncia não são repassada ou praticamente se faz vista grossa, eu não sei. Aí a gente fica a mercê dadesse tipo de gente....a comunidade....aqui é 24h...é dia, meio dia, dia de semana, dia de domingo, segunda terça quarta quinta é assim, não tem vergonha.

As pessoas já fez denúncia (referindo-se ao problema das drogas), mas [a polícia] não entra, eles mesmo têm medo eu acho, sei lá!

Os três tipos de atitudes de compromisso socioambiental manifestadas por essas pessoas que vivem em vulnerabilidade constituem as formas encontradas por elas para lidarem com o cotidiano de sua realidade. Essas atitudes constituem o que entendemos por *ethos socioambiental* presente nos moradores desta localidade, pois mostram crenças, valores e aspirações construídas a partir de vivências e experiências num determinado lugar com um grupo peculiar de pessoas, sejam moradores ou não. As atitudes manifestadas são representativas de como entendem o compromisso socioambiental (ou a falta dele), bem como do que é necessário para exercê-lo quando as condições de um modo geral lhes são desfavoráveis.

Os tipos de atitudes de compromisso socioambiental peculiares dos moradores compõem um repertório que à primeira vista é confuso, mas se fundamentam numa lógica que foi sendo construída e que lhes permite viver o ambiente inseguro, sem a habitabilidade necessária e o abandono daqueles que podem e devem lhes proporcionar uma qualidade de vida melhor.

5. Considerações finais

As aspirações, os valores e princípios orientadores das relações humanas para com o ambiente e a própria sociedade são, em última instância, fruto de um processo histórico onde concorrem aspectos psicosociais e culturais. O *ethos* socioambiental que é constituído a partir dessas vivências pessoais e coletivas forma alteridades e percepções de si mesmo que implicam em compromissos distintos com tudo o que acontece ao nosso redor. Atravessados pelas (im)possibilidades de desenvolverem um funcionamento comunitário, verificadas nas tentativas frustradas de formação de grupos para atuar no estreitamento das relações e exercer sua cidadania, sentem-se impotentes e desprovidos dos recursos necessários para a mitigação das dificuldades que enfrentam diariamente. A coletividade somente se manifesta em situações emergenciais, e não constitui uma prática incluída no modo cotidiano de lidar com as diversas situações que se apresentam. A sociabilidade é restrita aos vizinhos mais próximos, bem como as possibilidades de compartilhamento das estratégias de ação.

Morar em lugares que não possuem a habitabilidade mínima traz não apenas o sofrimento diário, mas, sobretudo, o impedimento de uma apropriação do ambiente como espaço de moradia digna. Poucos conseguem formalizar um *ethos* de cuidado para esse ambiente, que mais parece um não-lugar (AUGÉ, 2004), um lugar de passagem. Estão ali até que tenham a oportunidade de sair para outro lugar que lhes ofereça melhores condições. Parte do pouco compromisso socioambiental advém dessa condição. Por estarem de passagem, poucos tentam encontrar forças com outros moradores, preferindo os distanciamentos próprios de uma cidade, onde a individualidade é uma condição presente. As ações que representam algum tipo de compromisso socioambiental coletivizado estão restritas a umas poucas pessoas, e não repercutem significativamente na melhoria das condições na localidade.

Os tipos de compromisso socioambiental (ou de falta dele) contemplam um conjunto de atitudes adotadas para o enfrentamento dos problemas e evidenciam os aspectos da vulnerabilidade em que estão inseridos. A pouca ou nenhuma organização comunitária capaz de reivindicar perpetua a histórica exclusão, tanto social quanto ambiental. No jogo perverso instituído nesse espaço, onde sobreviver passa a ser imperativo dos fortes, percebe-se uma pôlis que aprisiona o sujeito com migalhas que não o alimentam, mas o fazem refém de seus algozes.

O *ethos* socioambiental se constrói a partir dessas interrelações e se manifesta de diferentes maneiras, permeando o modo como as pessoas agem sobre o ambiente e lidam com suas relações sociais. Por vezes, manifesta-se perverso, quando conhece a necessidade e pouco faz para mitigá-la. Seduz e aprisiona tanto quanto é seduzido e aprisionado pelas experiências a que é submetido nas suas relações dentro (com os traficantes) e fora (com os políticos) da localidade. Isso implica dizer que, no primeiro caso, silenciar também tem um preço (ajuda financeira), e no segundo, a promessa (do voto) também não é cumprida. Por vezes depredatório, que reproduz ações apesar das dificuldades resultantes destas. Sabem, por exemplo, que a dispensa do lixo no

igarapé traz inúmeros problemas a si, aos demais e ao ambiente como um todo, porém, insistem nesta prática. E por último, manifesta-se difamatório, quando referem o modo como são percebidos pelos de fora da localidade, “invasores”, “pessoas de má índole”, “pessoas de conduta reprovável”. A crença de que são vistos dessa maneira os faz acreditar que pouco ou nada lhes resta a não ser prosseguir até que a situação melhore. Essas manifestações do *ethos* podem conduzir a um entendimento somente das características negativas atribuídas a essa população, no entanto, pode-se pensar que são decorrentes da situação de vulnerabilidade em que se encontram.

Os desvios verificados nos diferentes tipos de compromisso no cuidado com a vida e o meio em que ela se desenvolve refletem o conjunto de crenças e aspirações dos moradores em suas diferentes dimensões e suas atitudes. Assim, o *ethos* construído pelos moradores está permeado do desejo de se constituir diferente do que é, e merecedor dos recursos que são destinados a poucos. Um *ethos* que se constrói na luta pela sobrevivência onde os direitos de cidadania são restritos e restringidos por quem deveria desenvolvê-los. Está evidente uma postura de espera e descrença de que as situações de fato se resolvam, por isso pouco se sentem comprometidos pela sua participação na implementação. Está latente, no entanto, um *ethos* que se manifesta também na esperança de dias melhores, que delineia as relações sociais e que compartilha mais as necessidades do que sua satisfação. Nessa vulnerabilidade aparece timidamente um *ethos* socioambiental que carece da legitimação ética do direito à vida com dignidade e um exercício pleno de cidadania.

Referências bibliográficas

- AUGÉ, M. *Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUER, M. W. ; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som. Um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BOFF, L. *Saber Cuidar: ética do humano-compaixão pela terra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- _____. *Ethos Mundial*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- CAMARGO, A.; CAPOBIANO, J. P. R.; OLIVEIRA, J. A. P. (Org). *Meio Ambiente Brasil – avanços e obstáculos pós-Rio-92*. 2. ed., rev. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- FERRARA, L.D'A. *Olhar Periférico*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- HIGUCHI, M. I. G. House, Street, Bairro and Mata: Ideas of Place and Space in an Urban Location in Brazil. 1999. 372p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) -

Brunel University, Inglaterra.

_____. Psicologia Ambiental: Uma introdução às definições, histórico e campos de estudo e pesquisa.*Cadernos Universitários*. Canoas: ULBRA, 2002.

LEFF, H. **Saber Ambiental. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEFF, H. (Coord). **A Complexidade Ambiental.** Tradução de Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Epistemologia Ambiental;** Tradução de Sandra Valenzuela; Revisão Técnica de Paulo Freire Vieira. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARCUSE, H. **A Ideologia da Sociedade Industrial. O Homem Unidirecional.** 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. (Orgs). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde.** 7. ed. São Paulo: Hucitec. Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MOREIRA, D. A. **O Método Fenomenológico na Pesquisa.** São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004.

MORIN, E.; KERN, A. B. **Terra-Pátria.** 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades Humanas. Subsídios à crítica dos mínimos sociais.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RELATÓRIO IPCC 2007. Disponível em: http://www.natbrasil.org.br/Docs/ipcc_2007.pdf. Acesso em: 20/10/07.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Pensando o Espaço do Homem.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007a.

_____. **O Espaço do Cidadão.** 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007b.

SEGRE, M.; FERRAZ, F. C. O Conceito de Saúde. *Revista Saúde Pública*, v. 31, n. 5, p. 538-42. 1997.

COMPROMISSO SOCIOAMBIENTAL E VULNERABILIDADE

SÔNIA MARIA LEMOS
MARIA INÊS GASPARETTO HIGUCHI

Resumo: Neste estudo, analisamos formas de compromisso socioambiental adotadas por moradores que vivem em situação de vulnerabilidade. Numa localidade com problemas sociais e ambientais, constatamos três tipos de compromisso socioambiental, nomeados respectivamente de “passividade ativa”; “passividade suportiva” e “passividade cerceada”. Esse conjunto expressa o *ethos* presente nessa população, fruto das experiências individuais e coletivas vividas.

Palavras-Chave: Ethos socioambiental, psicologia ambiental, compromisso ambiental.

Abstract: This study deals with the way people from an urban locality with many social and environmental problems manifest their commitments towards the environment. The results showed three types of commitment named here as “active passivity”; “withstand passivity” and “controlled passivity”, that express the ethos present in this population, which emerged from their individual and collective experiences.

Keywords: Socioenvironmental ethos, environmental psychology, environmental commitment.
